Tribuna de Debates
NÚMERO 5, MARÇO DE 2011 1º CONGRESSO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA
Página 13

Um estranho no ninho

Crônicas de uma história recente do PT maranhense: pelo afastamento de Raimundo Montero, Fernando Magalhães, Fernando Silva e Paulo Romão

por ***Bruno Rogens****

A oligarquia Sarney é perversa. Disso o povo já sabe há muito. Tanto que desde a redemocratização a oligarquia nunca se entendeu bem com as urnas, sempre esteve à perigo de não sustentar sua dominação através do voto. Tanto que perdeu as eleições de 2006... e tomou no tapetão via *mãozinha* dos tribunais federais. Em 2010 lançou mão de todo tipo de expediente para esvaziar a candidatura de Flávio Dino e impedir o segundo turno por míseros 2600 votos. Mas a oligarquia não é perversa apenas com o povo, ela também é implacável com aqueles que ousam dividir a mesa do poder e são estranhos às origens familiares e políticas do clã. Portanto vejamos como Washington Luís conseguiu sentar-se à cadeira de vice-governador do Maranhão.

Pra garantir a eleição da filha, José Sarney utilizou-se do cargo de presidente do Senado da República e de todo seu poder de chantagem para enquadrar Lula, exigir o apoio cartorial do PT maranhense e até fez que o Presidente da República passasse pelo ridículo papel de entrevistador de Roseana, na patética peça de propaganda no horário eleitoral gratuito.

Vale lembrar que do alto da cadeira da presidência do Senado, Sarney na prática evitou a consumação da prisão de seu filho e "administrador" dos negócios da família, Fernando Sarney, que responde à inquérito na Polícia Federal por meia dúzia de crimes. Mas o enredo que desemboca no lamaçal de denúncias envolvendo sarnopetistas, dentro do dito 'melhor governo da minha vida' de Roseana é mais amplo. Relembremos alguns fatos.

O PED de 2009, em que pese as debilidades e fragilidades, amplamente reconhecidas por todas as tendências do PT, mostrou no Maranhão sua faceta mais deformada. Há denúncias de participação externa no PED maranhense. Filiados ao PPS, PMDB, prefeitos, vereadores, secretários de estado interferiram diretamente no processo de eleições internas petista. Além disso, houve denúncias de compra de votos, de filiados votando por outros, denúncias de falsidade ideológica etc. Raimundo Montero venceu no segundo turno sob suspeitas de irregularidades nas votações em diversas cidades, sobretudo em Bacabeira. Naquele momento Montero assume a presidência e não ousa falar em aliança com o PMDB, se limita a afirmar que seguirá a orientação do "projeto nacional".

Mesmo com todos esses problemas o PED2009 elege os delegados que decidirão nos encontros partidários a linha política do partido nas eleições 2010. Aí os nomes começaram a aparecer, por que para apoiar a candidatura majoritária de outro partido é preciso protocolar documento subscrito. O documento em questão afirmava que era preciso apoiar candidatura da base de sustentação do governo federal. A lista continha uns 10 partidos, ia do PR ao PMDB. Nesse momento ainda causava vergonha expressar publicamente apoio à Roseana Sarney. Assinaram o documento Fernando Magalhães, Paulo Romão, Raimundo Montero, Washington Luís dentre outros. A ala anti-Sarney apressou-se em protocolar um documento em que declarava apoio ao bloco democrático-popular apoiando a candidatura do PCdoB de Flávio Dino.

Com esses documentos tornou-se necessária a realização do encontro estadual de definição de tática eleitoral. Um eufemismo, porque o IV congresso nacional do PT aprovou resolução conferindo poderes ao diretório nacional para decidir em última instância sobre tática eleitoral nos estados. Nesse encontro foi vitoriosa a tese favorável à aliança com PCdoB, derrotando as intenções sarneyzistas no voto aberto e nominal, com a presença do secretário nacional de organização do partido Paulo Frateschi, que proclamou o resultado final da votação e afirmou: "No Maranhão haverá aliança com o PCdoB". Ainda neste encontro não faltaram relatos de coação política a membros de governos municipais, aliciamento para compra de votos, desaparições etc. Comenta-se que circularam pastas com valores que chegavam quarenta mil reais.

As denúncias de compra de apoio político continuaram. Com o encontro estadual perdido, a ala sarnopetista organiza uma reunião que chama de encontro de delegados e afirma passar a ter maioria de delegados. Nesse encontro é produzido um documento que é apresentado, em Brasília, ao presidente nacional do PT José Eduardo Dutra, que inclusive esteve presente ao encontro estadual de definição de tática. Portanto tem razão o companheiro Francisco Gonçalves quando afirma que a traição não é nacional, ela ocorreu aqui no Maranhão. Se não houvesse essa movimentação paralela às instâncias partidárias aqui no Maranhão, não haveria recurso na fatídica reunião do diretório nacional do dia 11 de junho que determinou a intervenção branca no Maranhão.

Amparado pela movimentação clandestina dos sarnopetistas liderados por Washington Luís, o presidente do PT José Eduardo Dutra apresenta recurso ao Diretório Nacional invocando dispositivo contido na resolução aprovada no IV congresso que confere poderes ao Diretório Nacional. A imprensa noticia o comentário de dirigentes nacionais que afirmam: "É o Lula que quer." A essa altura, o presidente Lula, com toda a popularidade e admiração que o povo brasileiro nutriam e nutrem por sua pessoa e seu governo, estava literalmente com a faca no pescoço. Sarney ameaçava licenciar-se do cargo do presidente do senado e entregar a presidência à Marco-

ni Perilo do PSDB bem no momento em que o congresso discutia e aprovava o marco regulatório da exploração do petróleo na faixa pré-sal. Com essa faca afiada no pescoço Lula não quis, como afirmava a imprensa, mas na verdade foi *obrigado*, o que é um absurdo, por que a ala sarnopetista do PT maranhense ao invés de contribuir para que o governo se livrasse de Sarney, contribuiu para tornar o governo mais refém do Sarney. E assim vai continuar no governo Dilma.

Foi nesse contexto que aconteceu um dos atos políticos mais violentos da história do PT, quando um encontro democrático, legítimo e legal foi simplesmente jogado no lixo, juntamente com a história e os sonhos de milhares de petistas maranhenses que derramaram sangue, suor e lágrimas na esteia do sonho de uma sociedade mais justa e fraterna. Domingos Dutra, Terezinha Fernandes e Manoel da Conceição, histórico líder camponês, único maranhense signatário da carta de fundação do PT no colégio Sion em fevereiro de 1980, que foi desrespeitado e impedido de entrar na sala em que se realizava a fatídica reunião do dia 11 de junho, entram em greve de fome no congresso nacional. Esse ato chama atenção da imprensa nacional pelo extremo que representa mas a imprensa não toca no mérito da questão, o porquê do estupro ao PT do Maranhão e à história de milhares de militantes.

No cerne na questão está o senhor José Sarney, um homem de família que não exita em empregar neto(a)s e parentes em cargos públicos em Brasília, se for para ajudar a família. "Qualquer pai faria isso" disse certa vez. Um político habilidoso, um gestor incompetente, e uma cabeça que funciona ainda no século XVIII. Um político que se mantém no poder desde a década de 1960, derrotou gerações e gerações de oposicionistas, apoiou a ditadura e sobrevive na democracia. Concentra poder e influência nas instâncias da república, na base pura e simples da troca de favores. "Me ajuda que eu te ajudo", um mestre na arte de reproduzir essa forma de sociabilidade tão cara à formação colonial brasileira, baseada na intimidade das relações pessoais e familiares e infestar o espaço público republicano e democrático com essas práticas. Um mestre na arte de chantagear.

Foi com esse poder que José Sarney retirou o apoio legítimo do PT maranhense à Flávio Dino, esvaziando a candidatura comunista, que mesmo assim quase chegou ao segundo turno. Mais um sintoma da fragilidade de sustentação democrática da oligarquia. E mesmo assim, contra tudo e contra todos Roseana, elegeu-se pela quarta vez governadora do estado. "Estamos ferrados" anunciam blogs na internet, sobre os quatro anos de desmandos, incompetências e abusos que virão por ai...

Diante das graves denúncias e da investigação da Polícia Federal contra o presidente do PT, Raimundo Montero, é preciso que o mesmo se licencie do cargo, para que o vice-presidente assuma e organize eleições para eleger um presidente interino como assegura o estatuto do PT. É preciso também afastar Paulo Romão, Fernando Magalhães e Fernando Silva dos cargos de dirigentes partidários com base no estatuto do PT.

O quarto governo de Roseana Sarney se inicia na base do improviso e marcado pela ineficiência administrativa, coisa que se repete desde o primeiro governo Roseana, de 1995. A novidade agora é a presença estranha de Washington Luís na perigosa cadeira de Vice-Governador. Para uma governadora que já passou 23 cirurgias e sofreu um aneurisma cerebral, a presença de Washington realmente deve incomodar o núcleo de poder da oligarquia. Há de se lembrar que desde abril de 2009, Roseana cedeu a poderosa secretaria de educação do estado a um indicado de Washington, Anselmo Raposo, como parte das negociações pelo apoio político do PT à oligarquia. Com a formação do novo governo, o PT é jogado para escanteio. Rodrigo Comerciário comercializa o seu apoio à oligarquia já desde o PED 2009, indicando Edmilson Sanches à secretaria de desenvolvimento social. No novo governo, Comerciário assume a secretaria extraordinária de relações institucionais, uma pasta tampão, e joga Edmilson para escanteio. José Antônio Heluy permanece na secretaria do trabalho, como *cota pessoal da governadora*. Roseana demite Anselmo Raposo e pede à Washington nome com ficha limpa e competência para a educação. Washington não tem esse nome. Quadros o PT maranhense tem, com ficha limpa e competência, mas nenhum concorda em participar do governo oligárquico.

A ingerência administrativa é geral. Há crise no setor da educação com greve de professores, no setor penitenciário, com rebeliões e 24 presos degolados em dois meses, no ministério público com a reforma fraudulenta da sede das promotorias, nas bolsas da FAPEMA cedidas a políticos, incluindo os petistas Fernando Magalhães, secretário geral do PT-MA e Paulo Romão, membro do diretório estadual, que no novo governo são nomeados para a assessoria da vice-governadoria.

Recentemente a imprensa divulgou que Anselmo Raposo, gravemente acusado por Roseana, também foi nomeado na vice-governadoria. Por último foi noticiada a operação da Polícia Federal que investiga o desvio de recursos do Incra, destinados à construção de casas para trabalhadores rurais. A Polícia Federal aponta como cabeças da organização o ex-presidente do Incra, Raimundo Montero, atual presidente do PT-MA e o atual presidente do Incra, Benedito Terceiro.

O elo de ligação de todas as denúncias e todos os personagens petistas envolvidos é o vice-governador Washington Luís. Seu projeto é tornar-se governador não se sabe como, porque não há meios de tomar o poder político das mãos da oligarquia que se não seja pelo protagonismo cívico do povo nas ruas, como foi em 2006. Contudo, o projeto de Washington é um projeto sem estratégia, ou com uma estratégia débil, do qual agora ele próprio se tornou refém. A escalada de denúncias contra membros do PT cumpre uma função estratégica fundamental para os planos da oligarquia: tornar Washington tão refém da proteção da família, que ele não possa dar um passo sem o consentimento dos cães de guarda da oligarquia. É um movimento claro e deliberado para controlar um estranho no ninho, que pensou que poderia minar a oligarquia por dentro e que na verdade está sendo minado. Tudo o que está acontecendo com Washington e seu grupo não diz respeito ao grupo que apoiou o PCdoB nas eleições de 2010. Trata-se de responsabilidades que são única e somente do grupo que traiu os sonhos de milhares de militantes petistas, para se tornar um joguete sujo e vil do poder pelo poder.

Diante das graves denúncias e da investigação da Polícia Federal contra o presidente do PT, Raimundo Montero, é preciso que o mesmo se licencie do cargo, para que o vice-presidente assuma e organize eleições para eleger um presidente interino como assegura o estatuto do PT. É preciso também afastar Paulo Romão, Fernando Magalhães e Fernando Silva dos cargos de dirigentes partidários com base no estatuto do PT. ★

***Bruno Rogens** é militante da AE/PT-Ma e professor universitário

A economia camponesa é mais eficiente

por ***Mieceslau Kudlavicz****

Inicio recordando parte da fala do professor russo Teodor Shanin proferida no encerramento do SINGA de Londrina, realizado em 2007. Na oportunidade ele afirmou que atualmente estão acontecendo dois processos simultâneos no campo que é "a criação e a recriação do campesinato" nos diferentes países do mundo. E citou como exemplo a Rússia atual, pós socialismo, em que há um movimento de russos que retornam de outras ex-repúblicas soviéticas, e eles decidem morar nas vilas rurais, porque a vida nas cidades é cara. E que são geralmente os mais jovens.

O estudo realizado pela doutora Rosemeire Aparecida de Almeida, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), tendo como referência os censos agropecuários do IBGE de 1995/96 e 2006, também aponta que no MS houve um pequeno, mas importante movimento de reprodução do campesinato. A investigação teve como foco a análise das transformações na agropecuária, no último período censitário, a partir de duas escalas comparativas: a primeira refere-se ao Estado em si, a segunda é a análise comparativa entre amostras regionais, neste caso a região Leste de Mato Grosso do Sul e Norte Central paranaense.

Neste texto apresentamos parte do primeiro conjunto de análises que se refere ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo a pesquisadora os dados do Censo de 2006 revelam que no MS a concentração da terra continua sendo realidade, pois as classes de área de menos 50 hectares representam 58,83% dos estabelecimentos e detêm apenas 2,09% da área, já os estabelecimentos acima de 1000 ha representam 10,18%, mas possuem 76,93% do território.

Mesmo assim os dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 revelam que não houve uma diminuição do pessoal ocupado no campo como tem ocorrido em grande parte dos estados brasileiros. Houve um pequeno aumento de aproximadamente 9.000 pessoas ocupadas no campo. Pode parecer insignificante. Porém se observamos outro dado do Censo Agropecuário de 2006, em relação ao pessoal ocupado com laços de parentesco (camponeses/agricultores familiares), houve um aumento de aproximadamente 30 mil pessoas e uma diminuição do pessoal ocupado sem laços de parentesco (os assalariados/empregados).

Para a pesquisadora Almeida isto se deve aos projetos de reforma agrária que alteraram a concentração fundiária em 1% em favor da pequena propriedade. Esta classe de área (menos de 200 ha) ocupava 1.270.725 hectares em 1995/96 (4,11%) e em 2006 ocupa 1.504.902 hectares (5,01). Por outro lado, apesar de toda propaganda a favor de que o agronegócio gera empregos os dados do IBGE dizem o contrário. Houve uma diminuição de pessoal ocupado sem laços de parentesco (assalariados). Caiu de 97.654 em 1995/96 para 75.083 em 2006. Ou seja, tanto em 1995/96 como em 2006 a média e a grande propriedade empregavam menos gente que a pequena. Os dados do Censo 2006 registram que o aumento no número de pessoal ocupado ocorreu nas classes de área de menos de 50, ela sozinha representa 44,18% do total do pessoal ocupado no Estado (93.311). Cruzando as ocupações com o tamanho da terra, a classe de área de menos de 50 ha gera uma ocupação a cada 6,7ha, enquanto a classe de área acima de 1000 ha gera uma ocupação a cada 411,56ha.

Outra observação importante na escala estadual diz respeito ao aumento significativo na produção de aves no Censo 2006. Ressalta-se que 71,51% desta produção vêm da pequena unidade (até 200 ha). O mesmo ocorre com a produção de suínos que cresceu 69,87%, sendo a pequena unidade responsável por 70% desta produção. Em relação ao leite a pequena unidade teve um aumento na produção de 41,01% em relação ao Censo 1995/96, enquanto a média e a grande unidade reduziram sua produção de leite. Este aumento na produção de leite está nas classes de área de menos de 50 hectares, que representam em grande medida o tamanho das parcelas dos lotes da Reforma Agrária.

Estas classes de área de menos de 50 ha, que detém apenas 2,09% da área total, produzem 46,48% do leite no Estado, utilizando parco financiamento.

Segundo os dados fornecidos para a CPT/MS, os pequenos estabelecimentos do Mato Grosso do Sul que produzem arroz e feijão, foram mais eficientes que as propriedades da agricultura de exportação, de acordo com os dados dos dois últimos censos agropecuários (1995/96 e 2006).

Por exemplo, a soja teve um acréscimo de produtividade de apenas 6,77% de quilos por hectare em 2006, comparado aos dados do Censo de 1995/96. Já o arroz registrou um aumento de produtividade de 67,77% em 2006, comparado com os dados do Censo de 1995/96, e o feijão também aumentou a produtividade em 51,19% em relação ao mesmo período. Portanto, apesar destes produtos da agricultura familiar ter sofrido uma redução de área colhida em 2006, o volume da produção foi superior ao de 1995/96. A pesquisa ressalta, por exemplo, que a classe de área responsável pela produção de feijão é a pequena unidade com até 200 ha. Este estrato responde por 64,07% do total da produção. "Apesar de pequeno, estes estabelecimentos têm conseguido se apropriar dos avanços tecnológicos e melhorar sua eficiência produtiva" explica.

Quando o assunto é financiamento, a pesquisa aponta uma interessante contradição no MS. Os 1.231 estabelecimentos com mais de 1.000ha acessaram 78,97% do valor total dos financiamentos em 2006 e responderam por 51,17% do valor total da produção agropecuária em 2006. Os 4.269 estabelecimentos das classes de área de menos de menos de 50 hectares acessaram 2,45% dos financiamentos em 2006 e responderam por 12,19% do valor total da produção agropecuária.

Ou seja, proporcionalmente a pequena unidade (menos 50 ha) é quase dez vezes mais eficiente do que a grande unidade, porque acessou R$ 45.606.000 (2,45%) de recursos públicos e respondeu por R$ 434.460.000 (12,19%) do valor de produção agropecuária. Enquanto que a grande unidade que acessou R$ 1.472.448.000,00 (78,97%) respondeu por 1.823.344.000,00 (51,17%). É mais um dado do IBGE a confirmar a eficiência da pequena unidade de produção.

E para terminar, novamente recorro à fala de Shanin: ao afirmar que "precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Não temos que ensinar os camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida". Porque "ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas", afirma Shanin (2007). É um aprendizado.★

***Mieceslau Kudlavicz** é Geógrafo, mestrando em Geografia pela UFMS (Campus Três Lagoas-MS).

A capital da celulose: o não-dito

por ***Rosemeire A. de Almeida****

Impressiona a forma voraz como a mídia vem construindo o consenso em torno da formação do "vale da celulose" na região Leste de Mato Grosso do Sul. Mais um capítulo desta blindagem que visa anular ou colocar no limbo questionamentos, foi veiculado na edição de outubro da Revista Época, cujo título é: "Três Lagoas – Capital Mundial da Celulose".

Impondo uma visão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, a reportagem dedica extensa matéria às transformações territoriais em curso no município, oriundas do "complexo celulose-papel". Ao leitor desavisado fica a ideia do progresso, fartura de empregos, gente sorrindo à toa, a ignorar os impactos do plantio do eucalipto; como diz a reportagem "...a população de Três Lagoas não fez do impacto ambiental um assunto prioritário, como ocorreu recentemente no Rio Grande do Sul ...".

Porém, é preciso complementar que esta relativa inércia da população se deve à velocidade do negócio, incompatível com o processo de conscientização e organização da sociedade. Uma pesquisa autônoma leva, no mínimo, dois anos para obter resultados.

Esta velocidade ocorre porque o Estado tem ordenado o território por meio de incentivos, isenções, flexibilização ambiental, o que permite uma acumulação de capital acelerada. Em três anos, a Fibria dobrou a área plantada e montou um complexo celulose-papel, em torno de 280 mil ha, que faz com que, do total produzido pela empresa, Três Lagoas responda por ¼ da

produção de celulose (1,3 milhão Ton/Ano). Por outro lado, o Plano Estadual de Florestas/MS apresenta números no mínimo espantosos, projetando uma área plantada de eucalipto, em Mato Grosso do Sul, de 1 milhão de ha (SEPROTUR, 2009). O céu é o limite!

Alguns probleminhas, como o caos no trânsito, são citados aqui e ali, sem realce, para que pareçam coisa normal, consequência inevitável do progresso. O que não se revela são os números do "probleminha" que se materializam em seres humanos a lotar os leitos do único hospital público da cidade.

Como de praxe, não há na matéria o contradito. Ouviram apenas os que ganham muito, em especial os especuladores imobiliários, pois, como diz a reportagem, se pode viver na cidade da renda dos aluguéis; já o outro lado há muito não dorme pela sangria do aluguel.

Poderíamos enumerar vários não ditos que merecem investigação da academia, por exemplo: camponeses têm relatado constantes e intensos ataques de papagaios e maritacas em suas roças de milho; frutas do pomar são disputadas, cada vez mais, com araras e tucanos; há registro de pulverização aérea em plantios de eucalipto próximo a área de assentamento; nascentes e córregos em desequilíbrio.

A geração de empregos é discutível, uma vez que a empresa já mecanizou o corte do eucalipto e anuncia mecanizar o plantio. Além disso, o cruzamento dos investimentos com os financiamentos do setor nos dá pistas de que o erário público é o grande financiador do negócio. No caso do financiamento do BNDES, o setor celulose-papel nos últimos dez anos obteve mais de 9 bilhões de reais em financiamento – R$ 2,3 bilhões somente em 2006. Para Três Lagoas, em 2009, a Fibria recebeu R$ 661.285.900,00.

Certamente este debate é uma versão tupiniquim de Davi e Golias, pois se trata de uma gigante do setor, líder mundial na produção de celulose de mercado, com produção em 2009 de 5.400 milhões/ton/ano, capital estimado em 7 bilhões e um aumento de lucro de 116% em relação ao ano anterior. E não fica nisso. Outra do setor, a recente Eldorado, já é realidade na região Leste a tecer a rede deste agronegócio.

Ao contrário do que se ventila, a região Leste possui outras formas sociais de existência, fora a grande propriedade. Como exemplo, há 32 projetos de assentamento, 5.811 famílias. Porém, a dinâmica da concentração da terra em poucas e privilegiadas mãos é também a marca desta região. Nela os estabelecimentos com menos de 200 ha representam 60,19% detendo 4,58% da área, já aqueles acima de 1000 ha representam 14,30% e dominam 73,45% da área. Apesar disso, 42,68% do leite produzido na região provêm dos estabelecimentos de menos de 100 ha.

Um dos impasses fundamentais é que a expansão do eucalipto não visa democratizar esta estrutura fundiária, ao contrário. Além de colocar bloqueios a aquisição de terras para a Reforma Agrária em curso na região, responsável pela socialização de inúmeras famílias que vivem à margem do sistema.

A ineficiência da política pública voltada ao estímulo da produção familiar coloca impasse eminente na região Leste, obra, em especial, da dinâmica de monopolização do território, pois a produção de alimentos básicos, segundo o Censo 2006 (IBGE), está em decréscimo contínuo em Três Lagoas. A utilização de terras para a produção dos alimentos básicos é insignificante. A área colhida de cana, feijão, mandioca e milho totalizam 123 ha, ou 0,01% da área total (932.678ha). Também decresce produção de leite e o rebanho bovino em comparação ao Censo 1995/96. Urge pensar numa escala de alternativas pautada no limite e na diversidade socioambiental.

O intuito deste artigo é evidenciar para a sociedade que não há consenso, pelo menos de parte da academia, quando o assunto é a eucaliptização da região Leste do MS. Estão em curso pesquisas que poderão auxiliar no debate junto à sociedade, no sentido de pensar quem está sendo impactado no tempo e no espaço: monitorarmos a área plantada por município, os impactos sobre fauna, flora e recursos hídricos, os conflitos gerados; discutirmos a constitucionalidade da flexibilização das leis ambientais em Mato Grosso do Sul, que dispensa de licenciamento ambiental as atividades de plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas.

Para aqueles que, às vezes, esmorecem ante o peso e o preço imposto pelo bloco hegemônico lembra que a sina dos que discordam do consenso, como escreveu Frei Betto, é manter a esperança porque "A esperança é um pássaro em voo permanente. Segue adiante e acima de nossos olhos, flutua sob o céu azul, não se lhe opõe nenhuma barreira." ★

***Rosemeire A. de Almeida** (raaalm@gmail.com)é professora da UFMS/Campus de Três Lagoas. Este artigo foi originalmente publicado no jornal *Correio do Estado* em 29/11/2010.

Alguns momentos de nossa história

por ***Valter Pomar****

Um dos pontos de pauta do Primeiro Congresso da AE é um balanço do período. O que inclui uma análise da trajetória da própria Articulação de Esquerda, desde sua fundação em 1993, até 2011.

O texto a seguir tenta contribuir para esta análise. Importante ficar claro tratar-se de um esboço inicial, a partir de uma visão pessoal do processo e sem ter como preocupação central apresentar um balanço político global de nossa trajetória. Importante saber, também, que não se aborda aqui nossa atuação nos estados, nos movimentos sociais, parlamentos e governos, nos limitando aos grandes embates partidários no sentido estrito da palavra.

A Articulação de Esquerda foi fundada oficialmente nos dias 18 e 19 de setembro de 1993. Portanto, em 2011 vamos comemorar 18 anos de vida.

Anterior a isto, destacam-se:

1) os debates realizados no interior do PT, especialmente no período entre 1990 e 1993, quando se constituíram, em âmbito nacional, inclusive dentro da Articulação dos 113, dois grandes blocos ("moderados" e "radicais");

2) os debates ocorridos durante o 8º Encontro do PT (agosto de 1993), tanto nos encontros estaduais quanto no encontro nacional. Um marco destes debates foi o lançamento do Manifesto "A hora da verdade", no dia 4 de fevereiro de 1993. No Oitavo Congresso do PT saiu vitoriosa a chapa denominada Opção de Esquerda (basicamente composta por AE e DS). A Opção de Esquerda, juntamente com outra chapa denominada Na luta PT (Força Socialista + O Trabalho + outros setores) controlavam praticamente 2/3 do Diretório Nacional.

Posterior à fundação oficial, a história da AE pode ser dividida em quadro grandes momentos:

1)um curto período (1993-1995) em que dirigimos a maioria do Diretório Nacional do PT;

2) um longo período (1995-2005) em que nos opusemos, pela esquerda, ao chamado "Campo Majoritário";

3) um também curto período (2005-2007), em que nenhuma tendência ou campo era isoladamente majoritário na direção;

4) finalmente, o período atual (2007-2011), em que se tenta constituir um "grupo majoritário" na direção nacional, primeiro em torno de uma aliança CNB-Mensagem, depois em torno de uma aliança CNB-Novos Rumos-PT de Luta e Massa.

Como se pode perceber, a história da Articulação de Esquerda é diretamente vinculada com a história do próprio PT. No texto "Aspectos históricos e organizativos do PT", afirmamos que a história do partido pode ser dividida nos seguintes períodos:

*1980-1989, a luta contra a ditadura militar e contra a "transição conservadora para a democracia";

*1990-2002, a oposição aos governos neoliberais;

*2003-2011, governando o Brasil.

No primeiro daqueles períodos (1980-1989), o PT experimentou três grandes modificações: a) tornou-se o principal partido da esquerda brasileira; b) de partido-frente, no interior do qual atuavam diversos "partidos clandestinos", tornou-se um partido com tendências internas; c) de partido centrado na luta social, tornou-se alternativa eleitoral de governo.

Durante este primeiro período, o PT foi hegemonizado pela Articulação dos 113. Esta tendência, que muitas vezes dizia não ser uma tendência, surgiu em 1983. Seu nome decorria de um documento com 113 assinaturas (segundo a lenda, que neste caso parece verídica, foram 112 signatários, um dos quais assinou duas vezes).

A Articulação enquanto tal existirá até 1993, sendo conhecida no mais das vezes pelo nome Articulação. Depois de 1993, enquanto um setor criava a Articulação de Esquerda, outro dava origem à Articulação Unidade na Luta. A partir de 1995, a Unidade na Luta empenhou-se na constituição do chamado Campo Majoritário, dissolvido de fato em 2005 e que se tenta ressuscitar, em 2009, na chapa Construindo um Novo Brasil.

Na época de sua criação, a Articulação dos 113 tinha dois objetivos fundamentais: combater os desvios de direita (nas palavras da época, *as posições dos que ameaçam diluir o PT numa "frente oposicionista liberal como o PMDB ou daqueles que se deixam seduzir por uma proposta socialista sem trabalhadores, como o PDT*); e combater os desvios de esquerda (também em palavras da época, isto significava combater *as tendências organizadas que mantém uma prática ambígua em relação ao PT, ora concebendo-o como um partido tático, ora intentando transformá-lo numa organização à sua semelhança, com política e métodos marxistas e/ou leninistas*).

No segundo período (1990-2002), o PT sofreu os efeitos combinados: da crise do socialismo real e da ofensiva neoliberal no Brasil. Ao mesmo tempo, ficou evidente que conquistar a Presidência da República era uma possibilidade factível. De 1990 a 1995, houve uma dura luta interna, acerca do que fazer nesta nova situação.

Foi neste período que surgiu a Articulação de Esquerda, com o propósito assumido de evitar que a existência de uma nova situação (crise do socialismo, hegemonia neoliberal, PT como alternativa presidencial) levasse a maioria do Partido a abandonar o núcleo fundamental de suas formulações originais (partido da classe trabalhadora, combinar luta social com disputa eleitoral, partido de massas e de quadros, internamente democrático, estratégia democrático-popular e socialista).

Aquele período de luta interna (1990-1995) pode ser dividido em três momentos:

*1990 até 1993: a cúpula da Articulação (dos 113) decide "girar para a direita". Tem como aliados dois setores provenientes da antiga esquerda do Partido: a Nova Esquerda (ex-Partido Revolucionário Comunista) e setores da antiga Vertente Socialista (ex-Poder Popular e Socialismo). Este "giro para a direita" se materializa numa oposição inicial ao Fora Collor, numa tentativa de restringir o Fora Collor a temas éticos, num apoio de fato ao governo Itamar e na defesa do parlamentarismo. Estas posições são derrotadas amplamente na base do Partido. O exemplo maior disso foi o plebiscito sobre sistema de governo: 70% da direção defendia o parlamentarismo, 70% da base votou pelo presidencialismo. Internamente, o "giro para a direita" se traduz na tentativa de compor um "campo" para dirigir o Partido, unindo a Articulação com os setores já mencionados. Isto fica evidente durante o Primeiro Congresso do PT, quando a Articulação se divide publicamente em diversas votações, uma das quais foi particularmente simbólica: a legitimidade da violência revolucionária. Detalhe: nesta votação, a cúpula da velha Articulação perdeu, demonstrando o peso que a esquerda tinha no interior da velha maioria partidária.

*1993-1995: como reação ao giro à direita da cúpula da Articulação dos 113, um setor daquela tendência constitui uma "esquerda da Articulação", que se agrupa ao redor de um texto conhecido como "Manifesto A hora da verdade". Por causa do nome do Mani-

festo, em muitos estados fomos conhecidos como HV, mesmo depois da criação formal da AE (em setembro de 1993).

A esquerda da Articulação elege ou ajuda a eleger os presidentes estaduais do PT em São Paulo e Rio Grande do Sul. No 8º Encontro Nacional, em aliança com a DS e outros setores, a esquerda da Articulação lança a chapa "Opção de Esquerda". Esta chapa, mais a chapa "Na luta PT", consegue maioria absoluta no Diretório Nacional. Lula é eleito presidente nacional do PT, por fora das chapas. Rui Falcão, então principal dirigente da futura AE, é eleito vice e assumirá a presidência no 9º Encontro Nacional do PT, em 1994, quando Lula se licencia para ser candidato a presidência da República.

Mas a maioria de esquerda consegue impedir que a bancada do PT na Câmara dos Deputados embarque na "revisão constitucional ampla" proposta pelos partidos de direita. Sem esta resistência, não sabemos o que teria ocorrido com a Petrobrás, com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, entre outras expressões do aparato estatal e de políticas públicas.

Mas, ao mesmo tempo, a maioria de esquerda eleita no 8º Encontro tem muitas dificuldades e apresenta enormes contradições na condução da campanha presidencial de 1994. Na verdade, a imensa maioria do PT foi surpreendida pelo Plano Real e pela força da candidatura FHC. Mas, na hora do balanço, a fatura pela derrota foi cobrada da maioria de esquerda.

*1995: no encontro nacional do PT realizado em Guarapari, confrontam-se duas chapas. Uma, encabeçada por Hamilton Pereira e denominada Socialismo ou Barbárie, reúne a antiga maioria de esquerda (Opção de Esquerda e Na luta PT). A outra chapa, encabeçada por José Dirceu e apoiada por Lula, expressa as posições da direita da Articulação e de seus aliados. A tese apresentada por esta chapa ganha por apenas 2 votos de vantagem. Dirceu e sua chapa são vitoriosos, mas por uma margem muito pequena: 16 votos. E mesmo esta pequena diferença só foi possível, porque Dirceu conseguiu articular o apoio de setores que até então participavam da Articulação de Esquerda: Rui Falcão, Cândido Vaccarezza , Sílvio Pereira e outros.

Em retribuição a este apoio, a maioria do Diretório Nacional eleito em Guarapari elege Cândido Vaccarezza como secretário-geral do Partido; em protesto contra este desrespeito à proporcionalidade, os quase 49% minoritários retiram-se durante várias semanas da composição da executiva. Paradoxalmente, esta atitude de protesto deixa o campo livre e ajuda a nova maioria moderada a se instalar e estabelecer seu controle sobre a direção partidária, abrindo um período de hegemonia que vai se estender até 2005.

Portanto, a partir de 1995 se instalou no partido uma maioria em torno de uma política que podemos sintetizar assim: "alianças da esquerda com o centro, em torno de um programa alternativo ao neoliberalismo, visando conquistar o governo federal". Esta "política de centro-esquerda", que definida desta maneira nunca chegou a constar das resoluções de encontros e congressos nacionais, comporta variantes que a aproximam do PSDB (vide alianças feitas pelo PT do Acre, entre outras), até variantes que podemos dizer que são de "esquerda-centro".

De 1995 a 2002, esta maioria foi hegemonizando o partido, às vezes por meios legítimos, outras vezes adotando métodos amplamente questionáveis (como é o caso da intervenção no Rio de Janeiro, para obrigar o PT a apoiar a candidatura de Garotinho).

Note-se que a intervenção no Rio foi feita a pretexto de garantir o apoio de Brizola à candidatura Lula. Deste pode-se dizer que, em 1998, foi candidato contra sua vontade. Em certa medida, foi a esquerda petista, no Encontro realizado no Hotel Glória, em 1997, quem mais estimulou a candidatura Lula. Cabe refletir se esta candidatura não foi essencial para manter o fio da meada que nos levaria, em 2002, a vencer a eleição presidencial.

O fato isolado mais importante deste processo de hegemonização do Partido pelo "campo majoritário" foi o Segundo Congresso do PT, realizado em Belo Horizonte, que adotou a eleição direta para direções partidárias, método que esvazia os encontros e tende a reforçar o peso dos filiados, em detrimento dos militantes. Este novo método eleitoral tinha, entre seus objetivos de fato, fortalecer a figura do presidente do Partido (José Dirceu) frente à figura do futuro presidente da República. Apesar de aprovar tudo o que queria, o

setor moderado passou por apuros e teve que se desdobrar para que não saísse vitoriosa uma resolução simpática à palavra de ordem Fora FHC. Em geral, aliás, podemos dizer que no ambiente petista, não há tranqüilidade nem unanimidade para as maiorias.

Durante o período 1995-2002, a Articulação de Esquerda buscou unir a esquerda petista, para resistir e derrotar a maioria moderada. Esta esquerda petista era composta por diversas tendências e indivíduos, com destaque para duas tendências: a Democracia Socialista e a Força Socialista. Grande parte das polêmicas existentes no interior da AE, nestes sete anos, disse respeito principalmente ao que podemos denominar "política de alianças da AE".

Esta polêmica esteve na base de duas importantes rupturas sofridas pela tendência neste período:

-em 1997, a saída de Arlindo Chinaglia, que não concordou com a criação do setorial sindical da Articulação de Esquerda. Chinaglia defendia, na prática, que seguíssemos participando da Articulação Sindical;

-em 2002, a saída de um grupo de militantes da AE, basicamente gaúchos, mas com apoios em Santa Catarina e Bahia, que criaram uma tendência chamada Pólo Socialista. O Pólo defendia uma política centrada na "autoconstrução da AE" e um decorrente distanciamento da DS. É bom dizer que este discurso servia como justificativa para a tática (adotada pelos militantes que viriam a fundar o Pólo) na prévia que escolheu entre Olívio Dutra e Tarso Genro como candidato a governador do Rio Grande do Sul. O futuro Pólo apoiava Tarso.

Ao mesmo tempo, a Articulação de Esquerda viveu uma luta interna e externa contra os defensores da chamada Consulta Popular, impulsionada a partir de 1996 por militantes petistas descontentes com os rumos do Partido e adeptos de uma estratégia que, em nossa opinião, subestimou o papel da luta eleitoral e institucional num país como o Brasil. Desta estratégia decorre um afastamento da militância direta no PT. Ainda que parte dos companheiros e companheiras da Consulta permaneça formalmente filiada, sua linha contribui direta e indiretamente para o enfraquecimento da esquerda petista.

A eleição de Lula, em 2002, foi apresentada pelo setor moderado do partido como a confirmação do acerto de sua estratégia de centro-esquerda. A realidade é muito mais complexa do que isto, mas do ponto de vista prático o setor moderado foi mais exitoso em se apropriar, ideológica e estruturalmente, da vitória.

Em parte como resultado disto, em parte por divergências sobre como atuar em um novo cenário, as três principais tendências da esquerda petista vivem uma dura luta interna, protagonizada por setores que defendem (com maior ou menor nitidez) uma tática de oposição ao governo Lula e, no limite, uma postura de ruptura com o PT.

Esta luta interna (às tendências da esquerda) se combinava com a luta interna no PT, especialmente na bancada na Câmara dos Deputados; bem como com os conflitos no interior de outros setores do PT e do governo. No centro destes conflitos, estava a linha política (hegemônica no governo e apoiada, mesmo que a crescente contragosto, por setores importantes da maioria do partido) de conciliação com o neoliberalismo, propugnada e implementada pelo então ministro Antonio Palocci.

A Articulação de Esquerda caracterizou o governo Lula e enfrentou o debate acima citado em três momentos: na conferência realizada em dezembro de 2002; em outra conferência realizada em duas etapas no ano de 2003 (setembro, em Campinas; novembro, em Belo Horizonte); e, finalmente, na VII conferência da AE, realizada em dezembro de 2004, em São Bernardo do Campo (SP).

Nesta sétima conferência, um setor da tendência rompe conosco. Parte sai imediatamente do PT; outra parte sai após o PED de 2005, tendo como destino o PCB, o PSOL ou a militância sem-partido. O motivo da ruptura, como está claro, é a avaliação feita por eles acerca do governo Lula e do PT.

No caso da DS, um setor rompe com o PT já no final de 2003, início de 2004, tendo como catalisador a expulsão de Heloísa Helena. No mesmo período, saem do PT duas tendências: o MES e a CST, logo após a expulsão de Luciana Genro e Babá. No mesmo momento, saem Milton Temer, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, oriundos do antigo PCB. O destino de todos eles será formar um novo partido, o PSOL.

Os que vão para o PSOL coincidem na idéia de que o PT já era. Mais ou menos a mesma avaliação feita, em 1990, pela antiga Convergência Socialista, que após sua expulsão do PT cria o PSTU.

No início, a crise de 2005 parecia mesmo dar razão às posições do PSOL. Muita gente, dentro e fora do PT, inclusive altos dirigentes e lideranças públicas, acharam que o PT estava liquidado. Mas a reação da militância petista (que comparece em massa ao PED de 2005) e os medos da burguesia brasileira (que não apostou no impeachment de Lula, confiando que recuperaria "pacificamente" a presidência em 2006) viraram o jogo.

A esquerda petista não conseguiu unificar-se no PED de 2005. Em parte por diferenças legítimas, em parte por *hegemonices*, em parte antecipando movimentos futuros, a esquerda petista dividiu-se em várias chapas e candidaturas presidenciais.

Eleitoralmente, esta divisão ajudou a derrotar o campo majoritário no primeiro turno do PED de 2005. Pois mais candidatos criticaram e mais alternativas foram apresentadas. Matematicamente, a esquerda tinha condições de eleger o presidente do partido no segundo turno. Mas, exatamente neste momento, uma parte da esquerda decidiu sair do PT.

Falamos, é claro, da Força Socialista. Logo após o primeiro turno do PED, esta tendência sai do PT. Plínio de Arruda Sampaio e outros setores integrantes de sua chapa fazem o mesmo. Tomado isoladamente, este foi o principal fator que impediu a vitória da esquerda, no segundo turno do PED de 2005.

A Articulação de Esquerda teve um bom desempenho político no PED de 2005, possibilitado em grande medida pelo acerto das resoluções aprovadas na VII Conferência Nacional, realizada em dezembro de 2004, que permitiu que tivéssemos um discurso capaz de criticar os setores moderados do Partido e a linha hegemônica no governo, ao mesmo tempo em que defendíamos o PT e o governo dos ataques da direita.

É importante perceber que, em âmbito nacional, a AE ganha maior importância exatamente nos momentos de crise da hegemonia partidária (1993-1995; 2005-2007). Ao contrário, nossa influência declina nos momentos em que existe uma hegemonia consolidada.

Nosso desempenho político no PED 2005 permitiu que tivéssemos uma influência importante no Diretório ali eleito, sob cuja direção se realizou a campanha presidencial de 2006.

A rigor, no período 2005-2007, nenhuma tendência ou campo era isoladamente majoritário na direção nacional do PT. Nesse contexto, a Articulação de Esquerda jogou um papel superior ao seu tamanho numérico.

O mesmo foi deixando de ocorrer no período seguinte (2007-2011). Neste período, tem início a tentativa de reconstituir um "grupo majoritário" na direção nacional do PT, primeiro em torno de uma aliança CNB-Mensagem, depois em torno de uma aliança CNB-Novos Rumos-PT de Luta e Massa.

Para compreender este período, devemos falar:

*do PED 2007;

*do intervalo entre o PED 2007 e o PED 2009;

*do que ocorre do PED 2009 até hoje.

Vejamos as características destes momentos, no que diz respeito à AE.

No PED de 2007, a Articulação de Esquerda teve o mesmo desempenho eleitoral de 2005, mas com um desempenho político inferior ao de 2005. Isto se deveu, no fundamental, a quatro motivos:

*a saída da Força Socialista e aliados do PT ocorreu após o primeiro turno do PED de 2005. Isto quer dizer que as vagas eleitas com seus votos, foram ocupadas por pessoas de sua própria chapa, que haviam decidido permanecer no PT. Mas no PED de 2007, aqueles milhares de votos não existiam mais;

*a mudança da DS, que opta por "virar ao centro", buscando compor uma nova tendência com egressos do antigo Campo Majoritário. A tática não tem êxito eleitoral: enquanto Raul Pont fica em segundo lugar em 2005, Cardozo fica em terceiro lugar em 2007;

*a recuperação da "Construindo um novo Brasil", que capitaliza no PED 2007 o êxito do partido na reeleição de 2006, bem como o giro à esquerda do segundo mandato de Lula, o que neutralizou parte das críticas da esquerda;

*a incapacidade da Articulação de Esquerda de reunir, em uma só chapa, o restante das tendências de esquerda. Isto se deveu em parte a posturas sectárias de setores que em 2005 haviam integrado a chapa de Plínio e que não aceitaram compor uma chapa encabeçada pela AE. Mas se deveu, também, a erros cometidos pela própria AE, entre os quais a cisão da tendência em Santa Catarina, ocorrida pouco antes do PED de 2007.

Apesar de não ter tido êxito eleitoral, a tática da Mensagem se materializou num "acordo de direção" com a "Construindo um Novo Brasil". Graças a isto, José Eduardo Cardozo, apesar de ter encabeçado a chapa que ficou em terceiro lugar no PED, torna-se secretário-geral, desbancando Jilmar Tatto, encabeçador da segunda chapa mais votada e que disputou o segundo turno contra Berzoini.

A direção eleita pelo PED 2007 teve como tarefas centrais conduzir o partido nas eleições municipais de 2008 e na escolha da candidatura presidencial de 2009.

Os resultados destas duas tarefas são contraditórios.

O PT não obtém uma vitória nas eleições municipais de 2008; além disso, a direção nacional do Partido sofre uma derrota estratégica em Belo Horizonte, onde se impôs uma aliança de fato entre o PT de Pimentel e o PSDB de Aécio Neves.

O PT também não é fator decisivo na escolha da candidatura às eleições presidenciais de 2010, fato que pesará bastante no momento seguinte, em que o partido enquanto tal cumpre papel de fato secundário, apesar de formalmente estar bem representado no comando da campanha.

Mesmo assim, o giro à esquerda do governo Lula, iniciado com o PAC e aprofundado nos anos seguintes, neutralizou parte das críticas da esquerda petista que, AE incluída, não dispunha dos meios para demonstrar e capitalizar os êxitos obtidos pelo governo.

Naturalmente, foi Lula, seu círculo mais próximo, bem como a CNB e outros segmentos do partido, quem capitalizou em diferentes níveis o fato do governo estar implementando políticas similares àquelas defendidas, antes, pela esquerda petista.

Isso se refletirá no PED 2009, de três maneiras principais:

-o crescimento do número total de filiados e de eleitores, o que beneficiou de maneira desproporcional a chapa da CNB, vista como a chapa "governista";

-o reagrupamento, numa única chapa, de quase todos os antigos integrantes do finado campo majoritário. Vale lembrar que lideranças importantes da CNB argumentaram (em 2007) motivos éticos para negar, a Jilmar Tatto, a secretaria-geral. Um dos efeitos colaterais disto foi a campanha, deflagrada por Tatto e aliados, para antecipar o próximo PED (que poderia ser realizado em 2010 ou 2011, mas acabou antecipado para 2009). Como sabemos, no PED 2009, Tatto, Vaccarezza e outros estariam na mesma chapa que a CNB.

-a redução do interesse e o empobrecimento do debate político no PED.

Isto tudo criou um cenário muito difícil para a Articulação de Esquerda. Mesmo conseguindo montar uma chapa com outros setores da esquerda, reduziu-se nossa participação proporcional no Diretório Nacional e a chapa encabeçada por José Eduardo Dutra venceu o PED 2009 já no primeiro turno.

Paradoxalmente, a existência de uma nova maioria (absoluta) não foi acompanhada da constituição de uma nova hegemonia.

Por um lado, a escolha de Dilma como sucessora de Lula tornou mais confusa a dinâmica interna do poder no PT.

Por outro lado, o PT não conseguiu resolver, nem mesmo debater a contento, alguns obstáculos que, se não forem removidos, tornarão no médio prazo inviável a estratégia de "ser governo para ser poder". Nos referimos a temas como a reforma política, democratização da comunicação, reforma tributária, reforma agrária, reforma urbana etc.

Ambas as coisas fazem com que no PT de hoje exista uma maioria, mas ainda não exista uma hegemonia capaz de enfrentar e superar com êxito os problemas estratégicos vividos pelo partido.

É neste cenário que a AE se movimenta, hoje. Proporcionalmente mais fraca do que em 1993, com exceções como a do movimento sindical. Ao mesmo tempo, necessitando ter ainda mais consciência dos desafios programáticos, estratégicos e táticos da esquerda brasileira e mundial.

Desafios que nos exigem seguir trabalhando para ampliar nossa força e presença na vida partidária, nas disputas eleitorais, na ação institucional, nas lutas sociais, distintas dimensões da luta de classes. Isto porque seguimos acreditando, como em 1993, que as opções da esquerda petista, do conjunto do Partido dos Trabalhadores e da esquerda política e social brasileira, bem como dos povos da América Latina, jogam um papel muito importante na luta pelo socialismo. ★

***Valter Pomar** é dirigente nacional da AE

REGIMENTO

Convocado o Primeiro Congresso

Por acreditar que a vitória de 2010 abre um novo período, a **Articulação de Esquerda** decidiu convocar para os dias 5, 6 e 7 de agosto de 2011 seu Primeiro Congresso. Vale dizer que entre 1993 e 1997, a tendência realizou seis seminários nacionais. E entre 1998 e 2009, realizou onze conferências nacionais. A seguir, *Tribuna de Debates* reproduz o regimento interno do Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda.

REGIMENTO DO 1º CONGRESSO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

1. O 1º Congresso Nacional da AE se realizará nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 2011, em Brasília (DF), para debater a seguinte pauta:

a) balanço do período, até a eleição de 2010;
b) estratégia e programa para o próximo período;
c) conjuntura e tática;
d) construção do PT e da AE;
e) eleição da nova direção nacional e da comissão de ética

1.1. O secretariado nacional pode, por maioria absoluta de seus integrantes, alterar a data e o local da plenária final do 1º Congresso.

QUEM PODE VOTAR E SER VOTADO

2. Para votar e ser votado em qualquer etapa do 1º Congresso, é necessário ser assinante do jornal Página 13 e estar em dia com a assinatura referente a todo o ano de 2010 e 2011 (janeiro a dezembro).

2.1. Todo dia primeiro de cada mês, será divulgada a lista de militantes aptos a votar no Congresso, bem como a lista de militantes da AE em atraso com a assinatura do jornal Página 13 no período mencionado no item 2 deste Regimento.

2.2. A lista de que trata o item 2.1 indicará o nome do militante, o número de meses atrasados e o valor a ser pago (somando-se os meses em atraso de 2010 mais a assinatura de 2011, tendo como base o valor da assinatura bianual militante).

2.3. A lista será enviada para as direções municipais e estaduais, que devem realizar campanhas de assinatura e conferir, no credenciamento dos respectivos congressos, se os militantes estão em dia.

2.4. Militantes do PT que ainda não são militantes da AE poderão ingressar na tendência, fazendo a assinatura bianual militante do Página 13, até o dia do respectivo congresso municipal de base, desde que não haja recurso contra sua filiação à tendência.

2.5. Nos casos de que trata o item 2.4, não será exigido dos novos militantes da AE estarem em dia com a assinatura do jornal no ano de 2010, sendo necessário apenas que façam a assinatura bianual militante do Página 13.

2.6. A ata do congresso de base deve relacionar nominalmente os militantes que renovaram ou que fizeram novas assinaturas do Página 13, para o caso de haver contestação e recurso às instâncias superiores da tendência, permitindo assim eventual recontagem do número de delegados eleitos.

3. Militantes que se afastaram da tendência ou foram afastados por decisão de instância da tendência, não poderão votar nem ser votados em nenhuma fase do processo, salvo decisão em contrário da instância competente.

CONGRESSOS DE BASE

4. Os congressos de base devem ocorrer entre abril e maio de 2011.

4.1. Cabe às direções estaduais aprovar o calendário proposto pelas direções municipais e acompanhar os congressos de base.

4.2. Cabe às direções estaduais definir a abrangência dos congressos de base, que podem ser municipais ou regionais (agrupando vários municípios).

4.3. A pauta dos congressos de base é a mesma do 1º Congresso Nacional da AE. O debate de outros assuntos somente poderá ser feito depois de esgotada a pauta nacional.

4.4. Os/as militantes da AE só podem votar e ser votados em um único congresso de base.

4.5. Caso algum militante não possa participar do Congresso de base na região onde milita, pode comunicar através da lista nacional da AE que o fará em outro Congresso de base.

4.6. Militantes da AE que não tenham podido participar dos congressos de base, poderão participar da votação para delegados nacionais através de urna especial durante os congressos estaduais. Neste caso, a proporção será: um delegado nacional para cada 16 militantes.

4.6.1. Para efeito do disposto no item 4.6 deste Regimento, somente poderão votar os militantes que constem da lista de MILITANTES APTOS A VOTAR ou da lista de MILITANTES EM ATRASO, divulgadas pela direção nacional da AE no dia 1° do mês em que o Congresso Estadual estiver sendo realizado.

CONGRESSOS ESTADUAIS

5. Os congressos estaduais da AE devem ser realizados nos meses de junho e julho de 2011.

6. Nos estados onde a AE não possui direção estadual organizada, os respectivos congressos estaduais devem ser acompanhados pela Direção Nacional da tendência.

7. Fica autorizada, nos estados onde não há direção estadual organizada, a realização facultativa de um congresso estadual sem congressos de base preparatórios, sendo que neste caso a proporção para a eleição dos delegados nacionais será de 1 delegado para cada 16 militantes presentes no congresso estadual.

8. Nos estados onde há direção estadual organizada, esta pode solicitar ao Secretariado Nacional autorização para realizar congresso estadual sem congressos de base preparatórios. Esta autorização deve ser solicitada, concedida ou negada até no máximo o dia 30 de maio de 2011.

ELEIÇÃO DE DIREÇÕES E DEBATE DE OUTRAS PAUTAS

9. A eleição das direções municipais será feita nos Congressos municipais.

9.1. Só poderão votar e ser votados os assinantes do Página 13 que também estejam em dia com os critérios da política de finanças municipal.

9.1.1. Um militante que não esteja em dia com os critérios da política de finanças municipal poderá votar e ser votado na eleição de delegados ao congresso estadual da AE. Para garantir isto, no momento da votação, a direção municipal deve organizar duas listas de votação, sendo uma para eleição da direção municipal e outra para eleição de delegados ao congresso estadual.

9.1.2. As respectivas direções municipais poderão, no ato do credenciamento, fornecer a cada delegado dois crachás distintos, sendo um que dá direito a participar do debate da pauta municipal e da eleição da direção municipal e outro que dá direito a participar do debate da pauta nacional e da eleição dos delegados aos congressos estaduais.

9.1.3. Alternativamente, as direções municipais poderão fornecer um único crachá, que sirva tanto para o debate da pauta municipal e eleição da direção municipal, quanto para o debate nacional e a eleição dos delegados ao Congresso estadual, desde que haja controle sobre o disposto nos itens 2 e 9.1 deste Regimento.

10. A eleição das direções estaduais será feita nos Congressos estaduais.

10.1. Só poderão votar e ser votados os assinantes do Página 13 que também estejam em dia com os critérios da política de finanças estadual.

10.1.1. Um militante que não esteja em dia com os critérios da política de finanças estadual poderá votar e ser votado na eleição de delegados ao congresso nacional da AE. Para garantir isto, no momento da votação, a direção estadual deve organizar duas listas de votação, sendo uma para eleição da direção estadual e outra para eleição de delegados ao congresso nacional.

10.1.2. As respectivas direções estaduais poderão, no ato do credenciamento, fornecer a cada delegado dois crachás distintos, sendo um que dá direito a participar do debate da pauta estadual e da eleição da direção estadual e outro que dá direito a participar do debate da pauta nacional e da eleição dos delegados ao Congresso Nacional.

10.1.3. Alternativamente, as direções estaduais poderão fornecer um único crachá, que sirva tanto para o debate da pauta estadual e eleição da direção estadual, quanto para o debate nacional e a eleição dos delegados ao Congresso Nacional, desde que haja controle sobre o disposto nos itens 2 e 10.1 deste Regimento.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS

11. A proporção a ser empregada para a eleição de delegados é a seguinte:

11.1. Um delegado estadual para cada quatro militantes presentes no congresso de base.

11.2. Um delegado nacional para cada quatro delegados presentes no congresso estadual.

12. A ata dos congressos de base relacionando os delegados eleitos e os suplentes aos congressos estaduais deve ser encaminhada à respectiva direção até no máximo 5 dias antes do respectivo congresso estadual.

13. A ata dos congressos estaduais relacionando os delegados eleitos e os suplentes ao Congresso Nacional deve ser encaminhada à Direção Nacional até o dia 1° de agosto de 2011.

13.1. Caso as direções estaduais não observem o disposto no item 13 deste Regimento, o credenciamento dos delegados só poderá ser feito por decisão da Comissão de Credenciamento.

CONGRESSO NACIONAL

14. O quorum para instalação e deliberação do 1° Congresso Nacional da AE é de 50% mais 1 dos delegados eleitos nos congressos estaduais.

15. Participam do I Congresso Nacional da AE:

15.1. Com direito a voz e voto, delegados/as eleitos nos congressos estaduais preparatórios.

15.2. Com direito a voz, nos momentos autorizados pela Mesa, todos/as os/as militantes da AE.

15.3. Sem direito a voz, salvo nos momentos previstos neste Regimento, convidados/as a critério da Direção Nacional da AE, em especial militantes da esquerda petista e representantes de outros setores do Partido.

15.4. Na sessão de abertura do Congresso, toda a militância petista.

16. Só serão credenciados/as os/as delegados/ as e militantes que:

16.1. Observarem o disposto no item 2 deste Regimento.

16.2. Cujos estados de origem estejam em dia com suas contribuições financeiras junto à AE Nacional até o dia 15 de junho de 2011.

16.2.1. O pagamento de eventuais débitos pode ser feito a qualquer momento até o dia do credenciamento dos delegados ao Congresso Nacional.

16.3. A tesouraria nacional divulgará, no dia 1° de cada mês, a lista dos estados em débito com a Nacional, bem como o respectivo valor devido.

PROGRAMAÇÃO E REGIMENTO INTERNO

17. A Programação e o Regimento Interno do 1° Congresso serão submetidos à aprovação dos/das delegados/as, no dia 5 de agosto de 2011.

18. Aprovados o Regimento Interno e a Programação, os delegados deverão:

18.1. Eleger a Mesa Diretora dos trabalhos, a Comissão de Emendas e a Comissão Eleitoral.

18.2. Homologar ou alterar a Comissão de Credenciamento indicada pela Direção Nacional ou pelo Secretariado Nacional.

19. A Mesa Diretora dos trabalhos deve ser integrada por 3 membros, que dividirão

entre si as tarefas de condução do 1° Congresso.

20. A Comissão de Emendas deve ser integrada por 3 membros, cabendo a ela recolher todas as propostas de emendas ao texto-base, apresentando à Mesa Diretora, de forma sistematizada, aquilo que deva ser submetido à deliberação dos delegados.

21. A Comissão Eleitoral, composta por 3 membros, será eleita pelo 1° Congresso e terá como tarefa receber a inscrição das candidaturas à Direção Nacional da AE e à Comissão de Ética Nacional, bem como encaminhar as respectivas eleições.

22. A Comissão de Credenciamento será indicada pela Direção Nacional da AE e será composta por 3 membros.

22.1. Compete à Comissão de Credenciamento proceder ao credenciamento dos delegados, dos convidados e observadores, bem como avaliar eventuais recursos interpostos, apresentando à Mesa Diretora aquilo que deva ser submetido à deliberação dos delegados.

TEXTO-BASE

23. O 1º Congresso aprovará, logo após a eleição da Mesa Diretora, da Comissão de Emendas e da Comissão Eleitoral, um texto-base.

24. As propostas de texto-base devem ser registradas junto ao Secretariado Nacional da AE, a partir do dia 30 de março de 2011, até o dia 30 de julho de 2011.

24.1. As propostas de texto-base devem versar sobre cada ponto da pauta do 1° Congresso.

25. Para registrar um texto-base é necessário a assinatura de:

25.1. Um membro da Direção Nacional.

25.2. Ou 10 assinaturas de dirigentes estaduais, distribuídos por no mínimo 10 estados (portanto, pelo menos um dirigente por estado).

25.3. Ou 20 militantes de base em dia com suas assinaturas do Página 13.

26. O Página 13 eletrônico divulgará, até 30 de julho de 2011, com edições quinzenais ou mensais, uma Tribuna de Debates do 1° Congresso da AE, onde serão publicados tanto propostas de texto-base, quanto artigos assinados por militantes em dia, além de textos assinados por amigos da AE a convite do Secretariado Nacional.

27. O Página 13 divulgará três edições especiais com as propostas de texto-base, a saber:

27.1. Uma em sua edição da primeira quinzena de abril de 2011, em papel e por meio eletrônico, de maneira que a edição esteja disponível nos congressos de base.

27.2. Uma em sua edição da primeira quinzena de junho de 2011, em papel e por meio eletrônico, de maneira que a edição esteja disponível nos congressos estaduais.

27.3. Uma em sua edição da primeira quinzena de agosto de 2011, em papel e por meio eletrônico, de maneira que a edição esteja disponível no 1° Congresso Nacional da AE.

27.4. O Página 13 divulgará, nas edições anteriormente referidas, os textos-base que forem registrados conforme o disposto no item 25 deste Regimento.

27.4.1. Para fins de publicação, um texto-base deverá conter no máximo 10 mil caracteres (incluindo espaços em branco). Textos maiores que isso serão parcialmente publicados, com a íntegra disponibilizada na versão eletrônica do jornal.

DEBATE NO 1° CONGRESSO

28. Após a aprovação do texto-base, os delegados ao 1° Congresso Nacional da AE debaterão a pauta em plenária geral e/ou em grupos de discussão.

29. Haverá na programação espaço para reunião das plenárias setoriais e das frentes de trabalho da tendência.

ELEIÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL

30. As chapas que irão disputar a Direção Nacional da AE deverão se inscrever até as 14h do dia previsto para a eleição da direção (ver programação anexa).

30.1. A eleição de delegados e das direções da AE nas várias etapas do 1° Congresso, nos níveis municipais, estaduais e nacional, observará o disposto no Regimento Interno da AE, a saber, em caso de mais de uma chapa, proporcionalidade na composição das delegações e majoritariedade na composição das chapas (em outras palavras, havendo mais de uma chapa para eleição das direções, a chapa vencedora ocupará todos os postos da direção).

PROGRAMAÇÃO DO 1° CONGRESSO NACIONAL DA AE

31. A programação do 1° Congresso Nacional da AE será a seguinte:

5 de agosto

9h: abertura do credenciamento

10h: Reunião das frentes de trabalho

12h: Almoço

14h: Plenárias setoriais

19h: Ato político de abertura do 1° Congresso

6 de agosto

9h: Instalação do 1° Congresso, aprovação do Regimento Interno, eleição da Mesa Diretora, da Comissão de Emendas, da Comissão Eleitoral e da Comissão de Credenciamento

10h: Apresentação, debate e votação, em plenária, das propostas de texto-base

11h: Discussão e votação das propostas de emendas ao texto-base sobre balanço do período

12h: Almoço

14h: Discussão e votação das propostas de emendas ao texto-base sobre estratégia e programa

17h: Discussão e votação das propostas de emendas ao texto-base sobre conjuntura e tática

20h: Jantar

7 de agosto

9h: Inscrição de chapas para a Direção Nacional e Comissão de Ética

9h: Discussão e votação das propostas de emendas ao texto-base sobre construção do PT e da AE

11h: Apresentação, defesa, votação das chapas, apuração e proclamação do resultado para a Direção Nacional e Comissão de Ética

12h: Encerramento/almoço

14h: Reunião da nova Direção Nacional e da nova Comissão de Ética

32. A Direção Nacional recomenda a adoção da paridade de gênero na composição das delegações e das direções eleitas em todos os níveis.

33. Questões omissas neste Regimento serão decididas, em primeira instância, pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao plenário do 1° Congresso. ★